



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 18 DE 2 JULHO DE 2024.

3 Ao décimo oitavo (18º) dia do mês de julho de dois mil e vinte e quatro (2024), às oito horas e vinte e cinco minutos
4 (8h25), iniciou-se a décima segunda (12ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca,
5 realizada presencialmente, na Secretaria de Ação Social – Avenida Champagnat – 1750 – Centro – Franca-SP. A reunião
6 foi coordenada pelo Presidente, Eder Furtado Ribeiro. Estiveram presentes na reunião quatorze (14) conselheiros(as),
7 sendo sete (07) da Sociedade Civil e sete (07) do Poder Público, com os(as) seguintes **Conselheiros(as) Titulares:**
8 Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro, Katiscilene Barsanulfa Tavares de Oliveira, Roberta Pucci de Melo, Eder Furtado
9 Ribeiro, Teresinha Vicentina Silva Goulart e Leandro Ferreira. **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:** Udeni
10 Alves de Oliveira, Marina Borges de Araújo, Aline Lima da Silva, Ana Paula Moreira Costa Andrade, Simone Martins
11 Ramos e Fernanda Peixoto Cintra Meneghetti. **Conselheiros(as) Suplentes:** Daniela Junqueira Palhares e Aline Tatiane
12 Silva de Assis. **Pela Secretaria-Executiva do CMAS estiveram presentes:** Maria Amélia Facioli Vergara, Secretária
13 Executiva e a estagiária, Luiza Pasquarelli. Também participaram da reunião a Diretora da Proteção Social Especial,
14 Senhora Iara Flávia Afonso Guimarães, duas representantes da Obras Assistenciais Dr. Ismael Alonso e Alonso e outros
15 convidados e representantes de entidades. A pauta foi aprovada com a inclusão do assunto relativo à “**Informação da**
16 **Gestão sobre a Rescisão do Termo de Parceria da República de Jovens**”, o qual foi incluído como item 4.1, alterando a
17 ordem dos demais e também com a inclusão de dois informes, 5.7 e o 5.8, ficando da seguinte forma: **1 – ORDEM DO**
18 **DIA:** – Chamada e Verificação de quórum; – Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes; **2 –**
19 **Deliberação sobre a ata da 11ª Reunião Ordinária (04.07)** **3 – Aprovação da pauta.** **4 – ASSUNTOS:** **4.1 –**
20 **Informação da Gestão sobre a Rescisão do Termo de Parceria da República de Jovens;** **4.2 – Devolutiva sobre a**
21 **Audiência Pública da LDO/2025 e registro das propostas do CMAS no sistema online;** **4.3 – Apresentação de**
22 **Relatório de visita à OSC Obras Assistenciais Dr. Ismael Alonso e Alonso e deliberação do colegiado sobre a**
23 **inscrição;** **4.4 – Lembrete sobre o prazo de apresentação dos Relatórios de Acompanhamento à Rede – dia 31 de julho**
24 **e definição sobre a apresentação ao colegiado.** **5 – INFORMES:** **5.1 – Devolutiva de conselheiros sobre a**
25 **Participação no Evento – Encontro Regional de Luta Antirracista – 15.06 (RECONDUZIDO DA REUNIÃO**
26 **ANTERIOR);** **5.2 – Preenchimento do Parecer do CMAS no PMAS – Correção no Bloco Prestação de Contas**
27 **(INFORME REUNIÃO ANTERIOR);** **5.3 – Comprovante de transferência de recurso de emenda para a OSC – Lar**
28 **de Idosos Eurípedes Barsanulfo (INFORME REUNIÃO ANTERIOR);** **5.4 – Publicação de Chamamento Público**
29 **para o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – Centro dia –**
30 **Região Sul (INFORME REUNIÃO ANTERIOR);** **5.5 – Publicação da Classificação Final do Chamamento Público**
31 **da Gestão Compartilhada do Cadastro Único (INFORME REUNIÃO ANTERIOR);** **5.6 – Tabela atualizada das**
32 **Microrregiões e Regiões – SUAS de Franca (INFORME REUNIÃO ANTERIOR);** **5.7 – E-mail recebido MDS –**
33 **Orientações para execução e liberação de recurso – Emenda APAE;** **5.8 – Ofício APAAF – solicitação de Retirada do**
34 **requerimento de inscrição;** **5.9 – Palavra aberta as(os) Conselheiras(os) e convidadas(os).** O Presidente, Eder, iniciou
35 a reunião cumprimentando os(as) Conselheiros(as) e convidados(as) presentes e sugeriu que todos se apresentassem.
36 Dando sequência, considerando o adiantado da hora, o presidente sugeriu que a reunião se iniciasse pelos informes, visto
37 que alguns integrantes se atrasaram e que estavam a caminho, e portanto ainda não tinha o quórum necessário. Assim,

38 com a anuência dos(as) conselheiros(as) presentes, deu-se início aos informes: **5.1 – Devolutiva de conselheiros sobre a**
39 **Participação no Evento – Encontro Regional de Luta Antirracista – 15.06 (RECONDUZIDO DA REUNIÃO**
40 **ANTERIOR)**; A conselheira Viviane participou do evento e explicou que o mesmo foi organizado pelo Ministério
41 Público do Estado de São Paulo, com o objetivo de promover a adesão dos municípios para o compromisso de algumas
42 ações e a proposta de pacto para combater o racismo nas cidades. Foi um evento regional que contou com a participação
43 de municípios da região. Viviane pontuou que Franca aderiu esse compromisso, por meio de uma carta para o pacto
44 antirracista na cidade e disse que compartilharia essa carta com o colegiado. **5.2 – Preenchimento do Parecer do CMAS**
45 **no PMAS – Correção no Bloco Prestação de Contas (INFORME REUNIÃO ANTERIOR)**; Maria Amélia explicou
46 que a Gestão realizou uma pequena correção na Prestação de Contas 2023, relativa aos rendimentos, sendo que essa
47 alteração foi solicitada pela DRADS. Disse que qualquer alteração feita no PMAS deve constar o parecer do CMAS, e
48 assim o mesmo foi elaborado pelo Presidente e Secretária Executiva e apresentado ao colegiado. **5.3 – Comprovante de**
49 **transferência de recurso de emenda para a OSC – Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo (INFORME REUNIÃO**
50 **ANTERIOR)**; Foi informado que a emenda foi recebida pelo município já foi repassada para a entidade, sendo
51 apresentado o comprovante para o colegiado, o qual também foi encaminhado pela Gestão ao FNAS. **5.4 – Publicação**
52 **de Chamamento Público para o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas**
53 **Famílias – Centro dia – Região Sul (INFORME REUNIÃO ANTERIOR)**; Foi informado que o referido chamamento
54 público está aberto até a presente data, 18 de julho, até as 16h. Eder falou o quão necessário era a abertura do Centro Dia
55 na região sul, pois as pessoas dessa região normalmente são atendidas na região leste, sendo um grande avanço, visto que
56 era a única sem Centro Dia. Viviane relatou que a APAE apresentou um recurso ao chamamento com o objetivo de
57 recomendar a escuta dos usuários, em relação a mudança de uma região para outra, visto que no edital está definida a
58 transferência dos usuários que residem na região sul para a nova unidade. Além disso, foi sugerido que fosse considerado
59 como pontuação a experiência na execução do serviço, porém o recurso foi indeferido. Pontuou que em ocasiões
60 anteriores os usuários demonstraram insatisfação com a transferência, além de ser prejudicial aos vínculos que foram
61 construídos dentro desses serviços. Em resposta a Diretora de Proteção Especial, Iara, ressaltou que cada caso será
62 avaliado de forma que ninguém seja prejudicado, porém, destacou que a territorialização é a base da organização do
63 SUAS e portanto deve ser garantida. **5.5 – Publicação da Classificação Final do Chamamento Público da Gestão**
64 **Compartilhada do Cadastro Único (INFORME REUNIÃO ANTERIOR)**; Foi informado sobre a publicação da
65 classificação final do chamamento público da gestão compartilhada do cadastro único e a selecionada foi a Fundação
66 Espirita Judas Iscariotes – FEJI. A previsão do início do serviço com a FEJI é dia 01 de agosto, mas a gestão ainda trará
67 mais informações em breve. Maria Amélia sugeriu uma visita da comissão de controle social, visto que o espaço físico e
68 equipes mudarão. A servidora Iara ressaltou como é importante essa mudança no cadastro único, pois a demanda é muito
69 alta, então o atendimento vai ser qualificado. **5.6 – Tabela atualizada das Microrregiões e Regiões – SUAS de Franca**
70 **(INFORME REUNIÃO ANTERIOR)**; O presidente Eder destacou que foi feita uma redistribuição das regiões, devido a
71 inauguração do novo CRAS, e ainda, com a previsão da abertura do CRAS Sudeste. Então é importante que os
72 trabalhadores da rede e conselheiros estejam bem informados para poderem orientar os usuários. **5.7 – E-mail recebido**
73 **MDS – Orientações para execução e liberação de recurso – Emenda APAE**; Maria Amélia explicou que o MDS agora
74 tem enviado emails informando ao conselho sobre o repasse de recursos de emendas. Assim, foi informado o repasse da

75 emenda da APAE, no valor de R\$100.000,00. Maria Amélia disse que já encaminhou o email para a servidora Sandra,
76 que verificou que o recurso já está na conta da prefeitura. Assim, já foram iniciados os trâmites para repasse à entidade e
77 execução desse recurso. **5.8 – Ofício APAAF – solicitação de Retirada do requerimento de inscrição;** Maria Amélia
78 informou que a APAAF protocolou um ofício solicitando a retirada do requerimento de inscrição, pois após a conversa
79 entre a comissão de inscrição e a associação, visualizaram a possibilidade de requerer a inscrição como entidade de
80 garantia e defesa de direitos. Então a solicitação de requerimento de inscrição será realizada novamente. **5.9 – Palavra**
81 **aberta as(os) Conselheiras(os) e convidadas(os);** Viviane pediu a palavra para falar sobre sua posse na Comissão de
82 Justiça e Paz, a qual se trata da defesa dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade, em situação de rua e
83 também sobre a segurança pública. Convidou todos a participarem das reuniões, que acontecem toda segunda terça-feira
84 do mês, na igreja São Sebastião, às 19h. Após os informes, com a chegada de mais conselheiros, a verificação do quórum
85 do CMAS e a chamada foram realizadas. Verificado e confirmado o quórum, com a presença de doze (12)
86 conselheiros(as) titulares ou suplentes na titularidade, foram apresentadas as seguintes ausências com justificativa:
87 Luciana Braga da Silva, José dos Reis Marcelino Silva, Lindsay Lemos Gonçalves Ferreira, Marcia Tomie Nakao, Lais
88 Helena Garcia Silva, Michelle Cristina da Silva Mariano, Rafael Murari Oliveira, Alba Valéria Oliveira Ruiz, Jandira de
89 Almeida Ramos, Christiane Hakime de Souza, Adriana Aparecida Salviano Martins, Denize Benez Ornellas Graciano,
90 Sônia Maria de Andrade Souza, Susana Mendes de Carvalho, Vanda Maria Pires Rodrigues. Com o quórum necessário
91 de leitura antecipada da Ata da 11ª Reunião Ordinária (04/07/24), o colegiado deliberou pela aprovação da mesma.
92 Sendo assim, passou-se aos assuntos, dando continuidade com o item **4.1 – Informação da Gestão sobre a Rescisão do**
93 **Termo de Parceria da República de Jovens;** A Diretora da Proteção Social Especial, Iara Guimarães, foi convidada para
94 explicar e trazer informações sobre a rescisão do termo de parceria do Serviço de Acolhimento em República para
95 Jovens. Também estava presente na reunião o coordenador do Serviço de República para Jovens, Euripedes Junior. A
96 Diretora Iara disse que a República de Jovens é um serviço que oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de
97 pessoas maiores de 18 anos e, no município, foi criado com o objetivo de acolher os jovens egressos de serviços de
98 acolhimento que se mantinham em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social e sem condições de moradia e
99 autossustentação. Pontuou que historicamente, os números de crianças e adolescentes acolhidos era alto e vinha
100 crescendo, destacando que, apesar da necessidade do serviço, o acolhimento não deixa de ser uma violência, pois a
101 criança é retirada do seu convívio familiar. Destacou que 100% dos acolhidos são de baixa renda, e, muitas vezes a
102 criança era retirada da família apenas pela questão da pobreza, o que, segundo o ECA isso não pode ser motivo para o
103 acolhimento. Salientou que o direito ao acolhimento da criança e adolescente é assegurado pelo ECA, mas deve ter um
104 caráter excepcional, por ser uma ação altamente violenta com esses indivíduos. Hoje no município esse cenário vem
105 mudando por consciência de todos os envolvidos da rede, fazendo com que o serviço seja realmente excepcional e os
106 números de acolhidos tem reduzido. Lembrou que historicamente, a rede e as demandas das conferências traziam a
107 necessidade de implantar um serviço de república para jovens egressos dos serviços de acolhimento, pois o jovem ao
108 fazer 18 anos ficava sem suporte. Assim, inicialmente foram implantadas duas repúblicas, cada uma com 6 vagas. Hoje,
109 a partir do último chamamento público, o número de vagas diminuiu, e atualmente são 10 vagas e apenas uma república.
110 Seguindo com a análise, foi concluído que a violência institucional continua acontecendo, visto que na república é falado
111 que o jovem precisa ter autonomia e autogestão, porém ao mesmo tempo não é possível ter autonomia dentro de um

112 ambiente institucional, então essa autonomia, de certa forma é relativa, o que causa dúvidas nos jovens acolhidos. A
113 república acolhe o jovem dos 18 aos 21 anos e, quando chega o momento de ser desligado da república, os jovens
114 questionam se não podem ficar até os 25 anos, ou pediam um cuidador na casa, pois esse é o acolhimento que eles
115 conhecem. Iara destacou que as estratégias institucionais de alta complexidade são todas violentas, porém, o cenário
116 atual com o benefício de família de origem e proteção assistida, percebe-se que a necessidade do acolhimento em
117 república foi superada. Éder disse que é um avanço muito significativo, poder contar com essa alternativa para manter
118 esses jovens em acompanhamento e com apoio e proximidade ao SUAS, sem precisar do acolhimento institucional.
119 Roberta manifestou que compactua com essa nova dinâmica, que é um resultado do amadurecimento da rede, de buscar
120 sempre discutir e avaliar os serviços. Também ressaltou que o serviço de acolhimento talvez funcione para outro público,
121 mas para os jovens que viveram na instituição, não foi efetivo. Também foi destacado pelos conselheiros Éder e Viviane
122 a importância de investir na autonomia desses jovens antes dos 18 anos, com a construção de um projeto de vida e
123 autonomia a partir dos 14 anos, para que não seja tão abrupta a saída do acolhimento quando chegar aos 17 anos. Simone
124 questionou como a rede pode garantir legalmente esse recurso e também a equipe de acompanhamento no família de
125 origem. Iara respondeu que nada é garantido, e pontuou que a rede e o conselho devem se fortalecer em momentos mais
126 frágeis, mas que essa angústia de falta de garantia é uma realidade para o SUAS como um todo. Eder complementou que
127 existem os dispositivos legais, como PMAS e o PPA, e falou sobre o papel do controle social de sempre estar firme e
128 fortalecido para que se garanta a continuidade. A conselheira Aline de Assis ponderou que é importante ampliar também
129 os benefícios dos serviços de proteção social básica, pois o fortalecimento da atenção básica reduz e evita a alta
130 complexidade. Por fim, Maria Amélia questionou se a rescisão do termo de parceria da República de Jovens tem prazo, e
131 Iara respondeu que está sendo pensado em concluir no prazo de 120 dias. A secretária executiva lembrou que quando
132 estiver concluído o encerramento do serviço, o colegiado deverá deliberar novamente sobre a inscrição da FEJI.
133 Finalizado esse assunto, que foi apresentado para ciência do colegiado, passou-se então ao item **4.2 – Devolutiva sobre a**
134 **Audiência Pública da LDO/2025 e registro das propostas do CMAS no sistema online;** O presidente Eder deu início ao
135 assunto falando sobre a forte presença do CMAS na audiência, com seis conselheiros participando junto com dois
136 representantes das finanças e um representante de uma entidade. Explicou que a audiência pública está prevista em lei e
137 destacou a importância da participação. Relatou que foi um momento muito interessante, no qual, foi feita uma
138 apresentação sobre como funcionam os recursos, como são distribuídos, de onde os recursos vêm e onde são alocados,
139 destacando que o recurso da Secretaria de Ação Social conta com 5,86% do orçamento municipal, ocupando o 4º lugar
140 no investimento do orçamento de Franca. Disse que outro ponto que chamou atenção foram os repasses dos recursos da
141 União e Estado, que são muito baixos, não só na Assistência Social, mas também nas outras políticas. Diz que do recurso
142 aplicado, apenas 17% são do Estado e 10,9% são da União. Ao final da audiência foram apresentadas algumas propostas
143 do CMAS para a LDO 2025, sendo elas: solicitar que o orçamento proposto e apresentado pela Gestão da Assistência
144 Social e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, seja garantido na sua totalidade; garantir o percentual
145 mínimo de 5,82% do Orçamento Municipal, na Assistência Social, conforme é aplicado atualmente; recomendar aos
146 vereadores que as Emendas Impositivas, que forem alocadas no Fundo Municipal de Assistência Social, sejam indicadas
147 apenas para Organizações da Sociedade Civil executoras de serviços, programas ou projetos da Assistência Social e
148 inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme listagem de Entidades Inscritas no CMAS. Os

149 representantes da Secretaria de Finanças explicaram que também não conseguem orientar os vereadores nessa questão, já
150 que tem a própria assessoria contábil e jurídica dentro da câmara, sendo assim, sugeriram que o conselho participasse da
151 audiência de orçamento da câmara municipal. Eder informou que além de ter lido as propostas na audiência, elas foram
152 inseridas no sistema, que foi aberto justamente para receber propostas. A conselheira Teresinha sugeriu uma reunião com
153 a equipe técnica da câmara municipal, e o colegiado concordou com a sugestão, sendo assim Teresinha fará contato para
154 ver a possibilidade dessa reunião. **4.3 – Apresentação de Relatório de visita à OSC Obras Assistenciais Dr. Ismael**
155 **Alonso e Alonso e deliberação do colegiado sobre a inscrição;** A conselheira Roberta, que participa da Comissão de
156 Inscrição e Acompanhamento do CMAS, realizou a visita na OSC Obras Assistenciais Dr. Ismael Alonso e Alonso,
157 juntamente com a conselheira Michele e a representante da vigilância e monitoramento, Marina. Roberta iniciou o
158 assunto lembrando que a OSC teve o prazo de 90 dias para cumprir tudo o que consta no Plano de Providências
159 apresentado para o conselho e, findado esse prazo, a visita foi realizada. A conselheira fez a leitura do relatório
160 destacando as considerações feitas, e pontuou que o SCFV executado pela OSC retomou suas atividades no dia 05 de
161 julho, com a participação de 29 crianças/adolescentes, porém a proposta no Plano de Ação é para atendimento de 60
162 crianças e adolescentes, sendo assim, tem sido feita busca ativa e encaminhamentos do CRAS nordeste; a equipe de
163 referência foi contratada especificamente para o serviço; a organização está disponibilizando o transporte e lanches; o
164 espaço foi adequado, com pintura, reformas, limpeza e dedetização; os computadores adquiridos com os recursos da
165 emenda estavam montados e disponibilizados para o uso das crianças do SCFV; jogos e materiais pedagógicos foram
166 adquiridos. Roberta disse que a equipe do SCFV tem buscado orientações, junto a outros serviços, como Centro Espírita
167 Sebastiana Barbosa, para execução do serviço. Disse que a equipe informou sobre uma Emenda Estadual onde poderão
168 utilizar parte do recurso para aquisição de mais materiais e a possibilidade de contratação de um facilitador de oficina. A
169 equipe foi orientada pela Comissão, para a importância da continuidade da equipe contratada, da formação constante, da
170 preservação da laicidade na oferta e da sua integração na rede socioassistencial do município. Por fim, a comissão
171 avaliou que a OSC cumpriu com o Plano de Providências, vem corrigindo e buscando adequar todos os pontos
172 levantados anteriormente, sendo assim, a comissão sugere a revogação da suspensão, com a reativação da inscrição no
173 CMAS, mediante acompanhamento sistemático. As representantes da OSC Obras Assistenciais Dr. Alonso e Alonso,
174 Gisele e Érica, que se encontravam na reunião, destacaram que está previsto no Plano, a realização de um trabalho que
175 junto à diretoria visando apresentar os princípios do SUAS, visto que se observou que esse era um ponto que merecia
176 atenção. E que já era possível observar uma abertura maior para diálogo no momento. Foi ressaltada, por conselheiros, a
177 importância desse diálogo entre a equipe técnica e a diretoria. Finalizando o assunto, o colegiado deliberou pela
178 aprovação da reativação da inscrição da OSC no CMAS. **4.4 – Lembrete sobre o prazo de apresentação dos Relatórios**
179 **de Acompanhamento à Rede – dia 31 de julho e definição sobre a apresentação ao colegiado;** Foi lembrado sobre o
180 prazo da apresentação dos planos e relatórios das Organizações, pela comissão de acompanhamento. Devido a alta
181 demanda, foi sugerido que o prazo fosse prorrogado para o dia 31 de agosto, além do prazo, foi definida uma reunião
182 extraordinária para o dia 05/09 para apresentação do relatório e parecer da Comissão. O assunto foi deliberado pelo
183 colegiado. Nada havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas e quatro minutos (10h04), tendo sido gravada para
184 consulta dos conselheiros que solicitarem. Eu, Luiza Pasquarelli, estagiária administrativa, lavrei a presente ata, que foi



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

185 revisada pela Secretária Executiva do CMAS, Maria Amélia Faciroli Vergara, a qual, uma vez lida e aprovada pelo
186 colegiado, será anexada a lista de presença.